

CAIO PRADO JUNIOR E FLORESTAN FERNANDES NO DEBATE SOBRE O PAPEL DA BURGUESIA NACIONAL NOS PROJETOS DA ESQUERDA

Mabelle Bandoli¹

Resumo: Procuramos neste trabalho apresentar algumas das principais contribuições de dois autores clássicos do Pensamento Social Brasileiro ao debate acerca do projeto revolucionário no Brasil: Caio Prado Junior (Prado Junior, 1977) e Florestan Fernandes (Fernandes, 2009). Nosso foco se volta à questão do papel da burguesia brasileira no processo de consolidação do capitalismo no Brasil. A tese de que estaria se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que seria o elemento progressista por excelência da sociedade brasileira fazendo surgir um “capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista” era amplamente defendida por uma boa parte dos comunistas.

Palavras-chave: Brasil; burguesia nacional; capitalismo; esquerda; pensamento social brasileiro.

Resumen: Buscamos en este trabajo presentar algunas de las principales aportaciones de dos autores clásicos del pensamiento social brasileño en el debate sobre el proyecto revolucionario en Brasil: Caio Prado Júnior (Junior Prado, 1977) y Florestan Fernandes (Fernandes, 2009). Nuestra atención se centra en la cuestión del papel de la burguesía brasileña en la consolidación del capitalismo en Brasil. El argumento de que sería demandado a un desarrollo capitalista nacional, que sería el elemento progresivo por excelencia de la sociedad brasileña haciendo un "capitalismo de Estado y el carácter nacional progresista" surgió fue ampliamente apoyada por una gran parte de los comunistas.

Palabras-clave: Burguesia nacional; Capitalismo en Brasil; Izquierda en Brasil; Pensamiento Social Brasileño.

I - Introdução

Procuramos neste trabalho apresentar algumas das principais contribuições de dois autores clássicos do Pensamento Social Brasileiro ao debate acerca do projeto revolucionário no Brasil: Caio Prado Junior (Prado Junior, 1977) e Florestan Fernandes (Fernandes, 2009).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR.

Acreditamos que as obras destes dois autores podem nos oferecer um bom panorama dos principais debates acerca do projeto da chamada esquerda revolucionária, no período de abertura democrática que antecedeu o golpe militar de 1964, para o desenvolvimento econômico e político do país, uma vez que suas análises fundaram toda uma tradição do pensamento marxista brasileiro. Procuraremos debater alguns pontos das contribuições destes autores para a crítica ao princípio teórico e político que orientava boa parte da esquerda, notadamente, aquela organizada no Partido Comunista Brasileiro: a crença que o desenvolvimento gradual e inexorável do capitalismo em sentido à modernização da sociedade e na construção, por esta via, da revolução socialista, repetindo os padrões do desenvolvimento histórico das nações hegemônicas.

A partir desta discussão, nosso foco se volta à questão do papel da burguesia brasileira no processo de consolidação do capitalismo no Brasil. A tese de que estaria se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que seria o elemento progressista por excelência da sociedade brasileira fazendo surgir um “capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista” era amplamente defendida por uma boa parte dos comunistas. O protagonismo deste processo era naturalmente conferido à burguesia nacional, que estaria cada vez mais interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. A política brasileira, impulsionada por um processo de industrialização que trataria de introduzir de uma vez o capitalismo no Brasil, estaria

caminhando - ainda que com alguns tropeços – na linha do irrefreável processo de democratização política.

A burguesia aparece, em muitas das resoluções políticas do PCB, por exemplo, como um dos principais aliados dos trabalhadores na luta pela contra o imperialismo. Agente modernizador por excelência da sociedade, a burguesia, por ser a classe mais interessada no pleno desenvolvimento do capitalismo, seria a alavanca de um processo que removeria da sociedade brasileira os “atrasos estruturais” responsáveis pelas desigualdades e pelos “arcaísmos” da vida política nacional. Ambos rechaçam a identificação da “tarefa histórica” da burguesia brasileira com aquelas desempenhadas pelas burguesias nacionais dos países de revolução burguesa clássica.

II - Caio Prado Júnior e o papel da burguesia na “Revolução Brasileira”.

Caio Prado Junior (Prado Junior, 1977) afirma que a teoria marxista da revolução no Brasil se elaborou sob o signo de abstrações, de conceitos elaborados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos. A esquerda brasileira seria caracterizada por embasar suas análises em pressupostos decalcados em modelos teóricos estranhos à nossa realidade, procurando encaixar os fatos nos conceitos através de deturpações das circunstâncias verdadeiras das nossas estruturas sociais, econômicas e políticas.

Assim, a afirmação de uma burguesia nacional progressista e antiimperialista em contraste com outra reacionária seria um mero

decalque do modelo chinês. Nesse modelo, a existência de uma burguesia “compradora” – que desde as suas origens se viu econômica e socialmente ligada às atividades da penetração capitalista no país – e de uma “burguesia nacional”, interessada no desenvolvimento autônomo do capitalismo chinês, justificariam o contraste e a oposição entre uma burguesia inclinada ao imperialismo e outra nacionalista.

No Brasil, a implementação do imperialismo teria origens muito diversas das verificadas nos países asiáticos. Nesses últimos a penetração da dominação imperialista se deu em contextos apartados do capitalismo, já que esses países contavam com uma estrutura econômica, social e cultural bem estabelecidas antes de sua abertura para o advento de relações capitalistas de produção. A chegada do capitalismo significou, portanto, um grande impacto social e econômico para aquelas sociedades, gerando uma série de oposições e empecilhos à sua efetiva implementação.

Segundo Caio Prado Junior, no nosso caso, esse processo teria se passado de maneira muito diferente. O caráter original de nossa economia consistiria no fato dela ser estruturada à base da produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltada essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores, desde os tempos de colônia. Essa origem calcada na produção para o mercado externo constituiria a base da penetração e da dominação imperialista no país. Por sua natureza, esse tipo de economia teria introduzido o Brasil, desde o princípio, no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo constituiria a etapa atual.

Além das consequências nefastas para a elaboração de um programa antiimperialista eficaz, as deficiências teóricas da esquerda brasileira sobre a questão da nossa inserção no capitalismo mundial e das origens das nossas relações com o imperialismo teriam contribuído também para uma falsa compreensão do papel que a burguesia cumpriria em relação ao imperialismo. Caio Prado Junior critica a noção presente nos documentos do PCB, que trata da existência de uma “burguesia nacional” antiimperialista e progressista, que contrastaria com outra categoria burguesa aliada aos interesses do imperialismo, sendo caracterizada por suas posições reacionárias, retrógradas e com preferência a aliar-se aos latifundiários.

Tal noção seria inspirada mais uma vez, no modelo chinês, ignorando os aspectos próprios da nossa estrutura econômica e social que deram origem à burguesia brasileira. De maneira muito diversa do que teria ocorrido na história dos países asiáticos, nos quais uma burguesia nacional foi se consolidando após a difusão da indústria moderna, em oposição a uma burguesia originada das relações de comércio estabelecidas com os agentes imperialistas europeus – e por isso extremamente identificada com esses agentes externos, a burguesia urbana no Brasil teria surgido com os comerciantes portugueses aqui radicados. Esses primeiros burgueses foram se nacionalizando e se integrando à população brasileira. A eles vieram se juntar, depois da abertura dos portos, comerciantes de outros países que logo se identificaram com o país, e cuja descendência se fez brasileira.

Essa burguesia, heterogênea de origens nacionais, teria se feito perfeitamente homogênea no que se refere à natureza de seus negócios e interesses. Ela teria se desenvolvido, ao contrário das burguesias “compradoras” dos países asiáticos, sem grandes obstáculos colocados por estruturas econômicas, políticas e sociais não capitalistas, ou organizadas em sistema por valores incompatíveis com o capitalismo. As premissas do capitalismo já se achavam incluídas na ordem econômica e social do país, ordem essa que teria se organizado em função de atividades essencialmente mercantis e voltadas para o mercado de exportação.

Essa integração do capitalismo brasileiro teria condicionado o surgimento de uma burguesia que viveu uma rápida ascensão, e que formaria uma classe coesa que não sofreria internamente cisões ou oposições irreduzíveis. Seus interesses como um todo não teriam porque se chocar com os do imperialismo. A ação do imperialismo teria proporcionado um grande impulso econômico para o Brasil no mesmo sentido em que ela já evoluía, sem gerar, portanto, nenhum grande choque que rompesse seu equilíbrio ou comprometesse situações já estabelecidas. Esse estímulo econômico proporcionado pelo imperialismo reverteria especialmente em benefício da burguesia, justamente por lhe oferecer oportunidades e facilidades novas para suas atividades e seus negócios em proporções que ela desconhecia. Em vez de fazer concorrência a interesses estabelecidos, o imperialismo teria aberto grandes perspectivas de negócios para a burguesia de um país de economia tão incipiente como a nossa.

Dessa forma, a noção de uma “burguesia nacional” e antiimperialista tem suas bases abaladas. A burguesia brasileira teria conseguido muitos benefícios com a implementação dos empreendimentos imperialistas no Brasil, não tendo quaisquer motivos para se opor ao imperialismo. Segundo Caio Prado Junior:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista” o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O antiimperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores. (PRADO JUNIOR, 1977, p. 121)

Para estabelecer as bases da luta contra a submissão ao capitalismo internacional, os comunistas deveriam levar em conta que as raízes do imperialismo no Brasil são profundas, não constituindo elemento e contingência externa à nossa organização econômica e estrutura social e a elas sobreposta. O Brasil teria se formado e constituído dentro do mesmo sistema internacional que daria modernamente no sistema imperialista. A própria evolução histórica brasileira teria engendrado os fundamentos sobre os quais assentariam as bases da dominação imperialista – que tem assim, caracteres próprios e específicos.

No entanto, a especificidade do processo histórico-social brasileiro não excluiria o contexto geral em que o mesmo processo se realiza nos demais países. A revolução brasileira não constituiria, portanto, um fato isolado, mas seria parte da história contemporânea do conjunto da humanidade.

III - Florestan Fernandes e a natureza da nossa “Revolução Burguesa”.

Florestan Fernandes (Fernandes, 2009) também faz a crítica à tese da burguesia nacional progressista e democratizante. Para ele, não existe um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista, tal como supunha uma concepção eurocêntrica de revolução burguesa, válida apenas para os casos clássicos. A transformação capitalista não se determina somente com base nos elementos intrínsecos ao desenvolvimento capitalista, mas também por uma série de outros fatores característicos de cada situação histórico-social.

O tipo de dominação burguesa, portanto, varia de acordo com cada realidade histórica, cada caso concreto. E cada tipo de dominação burguesa específico compõe, por sua vez, o jogo de interesses de classe burgueses e extra burgueses. Para Fernandes, as teorizações mais comuns sobre a Revolução Burguesa no Brasil teriam incorrido numa série de erros. O primeiro deles é referente ao “esquema geral” da Revolução Burguesa: acredita-se que tal processo no Brasil seria idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas. Neste tipo de análise, prevalece a ideia de que a dependência e o

subdesenvolvimento seriam estágios passageiros, destinados a desaparecer com a irrefreável autonomização do desenvolvimento capitalista. A periferia tenderia a repetir a história das nações centrais, desde que se desse a revolução anticolonial, superando o estado inicial de transição neocolonial. Para Fernandes, ignora-se aqui que a expansão capitalista da parte dependente da periferia estava fadada a ser permanentemente remodelada pelos dinamismos do mercado capitalista mundial. Além disso, a autonomização do desenvolvimento capitalista teria como pré-requisito a ruptura com a própria dominação imperialista e mesmo que ocorresse uma autonomização automática do desenvolvimento capitalista, ela não asseguraria, por si mesma, uma via uniforme de evolução do capitalismo e de consolidação da dominação burguesa.

O segundo erro diria respeito à essência da dominação burguesa nas economias capitalistas dependentes: ignorou-se que a apropriação dual do excedente econômico pela burguesia nacional e pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas exerce uma enorme pressão sobre o padrão imperializado de desenvolvimento capitalista, exigindo uma hipertrofia dos fatores políticos e sociais da dominação burguesa. A concentração de riqueza, a drenagem de grande parte do excedente econômico nacional para fora e a persistência de formas de trabalho sub ou pré-capitalistas em contraste com a crescente aspiração à democratização produzem conseqüências que sobrecarregam as funções especificamente políticas da dominação burguesa, seja em sentido autodefensivo ou em sentido repressivo. Assim, o capitalismo

dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, que depende, para sua viabilidade, de meios políticos de dominação.

Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida, ou seja, de uma burguesia que possa acumular todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. Tal fato sugere, segundo o autor, que a Revolução Burguesa na periferia é um fenômeno essencialmente político de criação e manutenção de estruturas de poder submetidas ao controle da burguesia. Esse fato faria da “burguesia nacional” uma classe intimamente vinculada aos interesses de manutenção da dominação imperialista, por um lado, e avessa a transformações que trouxessem maior abertura democrática à sociedade brasileira, por outro.

Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas hegemônicas possuem interesses e orientações que vão em outra direção. Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o estado nacional de deteriore. Semelhante reciprocidade de interesses e orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa “atrasada” da periferia seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe. (FERNANDES, 1975, p. 295)

Ao caráter “retardatário” das Revoluções Burguesas dos países dependentes e subdesenvolvidos corresponde um avanço da história. As

burguesias que só agora assumem seu lugar de classe dominante nestas sociedades, enfrentando para isso uma série de dificuldades provenientes da própria condição das sociedades dependentes, patrocinam uma transformação da ordem que já perdeu seu caráter “revolucionário”, um processo que, para as outras classes, encarna a própria contra-revolução. A sobrevivência da burguesia nacional e a do próprio capitalismo demanda que a revolução burguesa nos países dependentes queime uma série de etapas históricas vividas nos casos clássicos.

Segundo Florestan Fernandes:

O idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irreduzíveis essenciais (...). A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados (...) e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. (1975, p. 296)

As classes burguesas aparecem nos países dependentes como classes desprovidas de qualquer romantismo político “revolucionário” ou “conservador”. Abrem mão dos meios indiretos e utópicos de legitimação da sua dominação e se afirmam em termos de conexões diretas, identificando a revolução nacional com seus interesses particularistas. Os interesses especificamente da sua classe são impostos por mediação do Estado como se fossem nos interesses gerais da Nação. Este fato nos coloca diante do poder burguês em sua forma histórica mais extrema, brutal e reveladora.

Dessa forma, não adiantaria segundo Fernandes, levar em conta alternativas utópicas da burguesia, tais como a crença que a ampliação e na aceleração do desenvolvimento industrial promoveriam a destruição do “atraso econômico”, eliminando a dependência e o subdesenvolvimento e removendo as formas pré ou subcapitalistas de relações econômicas e a dominação imperialista.

IV- Algumas considerações:

As contribuições de Caio Prado Junior e Florestan Fernandes consistiram, sem dúvida, em uma importante ruptura com a tradição hegemônica na esquerda brasileira dos anos 1945-1964. Ao fazer o debate de forma crítica e com considerável profundidade teórica, os nossos dois intelectuais recolocaram as principais questões políticas enfrentadas pelas organizações e militantes da época sob novas bases, restabelecendo toda uma tradição marxista no Brasil.

Um dos principais elementos inovadores das duas obras consiste na problematização de uma concepção etapista e determinista do processo histórico de construção da nossa revolução – concepção esta que encontrava suas bases lançadas e reforçadas pela hegemonia da corrente stalinista no país. A visão de que a história do Brasil e da sua luta de classes teria que percorrer etapas pré-definidas até desembocar fatalmente no socialismo se fez presente em muitas das resoluções e documentos das organizações de esquerda brasileiras, mesmo após a crise mundial do movimento comunista organizado em torno da Terceira

Internacional, em meados dos anos 1950. Gradativamente, o projeto de construção de uma revolução socialista era deixado em segundo plano, colocando-se em primeiro lugar as tarefas de “aceleração” ou “correção” do fluxo de uma história que, acreditava-se, se desenrolaria progressivamente à medida que o “desenvolvimento das forças produtivas” assim o permitisse. A prioridade se tornou, portanto, fazer avançar a plena implementação de um capitalismo industrial no Brasil para garantir que o progresso técnico e econômico se encarregasse, quase que autonomamente e a despeito da ação política, de eliminar os “atrasos” e fazer a história caminhar.

A postura de Caio Prado Junior diante dos postulados da esquerda comunista – principalmente aquela organizada no PCB - é de uma crítica contundente aos determinismos inerentes a uma concepção teórica que impunha ao ritmo da revolução brasileira um modelo mecânico e alheio às especificidades da nossa história. O autor introduz importantes inovações no pensamento de esquerda brasileiro, principalmente quando observa que os traços de “atraso” e em algumas características das relações de produção brasileiras que poderiam ser identificadas como anteriores ao capitalismo ou como obstáculos à sua plena implementação, seriam na verdade fatores que não só teriam nascido junto com o próprio capitalismo brasileiro, como chegariam mesmo a contribuir de maneira favorável ao seu desenvolvimento.

No entanto, acreditamos que em alguns aspectos, o autor não teria conseguido romper completamente com as concepções do chamado “marxismo-leninismo” da terceira internacional. Ao delimitar os objetivos

da Revolução Brasileira dentro dos marcos da modernização das relações de trabalho e produção no campo e da superação da submissão da economia nacional ao imperialismo, Caio Prado Junior acaba deixando em segundo plano a importância da ação política para a construção de um projeto de intervenção na história e de construção de uma sociedade calcada em bases diversas da capitalista.

Florestan Fernandes dedica sua obra à desmistificação de um dos principais postulados da tese na qual a progressiva democratização da sociedade levada a cabo pela industrialização e capitaneada por uma burguesia nacional antiimperialista. A ordem capitalista no Brasil se consolida, segundo o autor, aprofundando as estruturas de dependência e de desigualdade interna. A nossa versão da Revolução Burguesa queima as etapas históricas de florescimento das utopias igualitárias e reformistas das burguesias clássicas e já se apresenta na forma de uma contra-revolução profundamente ancorada na conversão dos interesses imediatos da burguesia em interesses gerais da nação.

Sua contribuição oferece a possibilidade de perceber que o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico do capitalismo moderno nem sempre se fez acompanhar de um “progresso” político que abriria a sociedade para maior participação popular, tal como acreditava e defendia boa parte da esquerda brasileira no período pré-golpe militar. O determinismo econômico tão presente nas palavras de ordem da corrente hegemônica na esquerda da época cede lugar, em sua obra, à profunda análise histórica do desenvolvimento político da sociedade capitalista no Brasil.

A autocracia burguesa, vista pelo autor como um instrumento para a manutenção e sobrevivência da dominação de uma burguesia que nasce e se desenvolve espremida entre duas ordens de antagonismo: o das classes operárias - seu inimigo principal - e os centros de poder das sociedades capitalistas hegemônicas - seu aliado primordial, foi a saída encontrada pela burguesia para reagir ao processo de expansão da ordem capitalista. Para o autor, a própria expansão desta ordem levaria a uma exacerbação das contradições intrínsecas ao regime de classes que seriam levadas “a pontos explosivos de efervescência”.

A associação da aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social teria condenado a ordem autocrático-burguesa a uma duração relativamente curta. Por outro lado, uma democracia de cooptação, que comportaria certa abertura para dissidências e contestações teria pouca viabilidade em nações capitalistas pobres. Ou seja, para Fernandes, as classes burguesas que “levaram água demais ao moinho” acabariam por submergir no processo político desencadeado por elas.

Aqui, o autor nos parece pagar um tributo a uma concepção pouco aberta aos condicionantes essencialmente políticos da luta de classes. Ainda que sua análise sobre as dificuldades impostas à dominação política burguesa pelas complexas relações entre as frações de classe da burguesia e da fragilidade da conformação de sua solidariedade de classe tenha aberto o debate para a observação dos fatores subjetivos da história, Fernandes parece ter subestimado a capacidade de autopreservação da ordem burguesa e do próprio capitalismo.

Ainda que se caracterize pelas suas contradições insuperáveis, a ordem social capitalista não deixa de estar condicionada pela ação humana criadora. Ainda que sua estrutura esteja fatalmente lacerada por uma tendência autodestrutiva, esta tendência tem sido historicamente estancada por rearranjos políticos e sociais da própria dominação burguesa – ainda que esse estancamento não dê sem importantes consequências para a sociedade capitalista como um todo. O tensionamento destas contradições no sentido da superação da ordem capitalista ou a sua manutenção depende, a nosso ver, do próprio desenvolvimento da luta de classes, ou, dizendo mais diretamente, da ação criadora das classes em luta.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. *In: D’INCAO, Maria Angela (org). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior.* São Paulo: Editora Unesp, 1989.

LÖWY, Michael. A dialética marxista do progresso. *In: BENSÁID, Daniel & LÖWY, Michael. Marxismo, modernidade, utopia.* São Paulo: Editora Xamã, 2000.

* * *